



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO  
*Gabinete Des. Eduardo Augusto Paurá Peres*

**SEXTA CÂMARA CÍVEL**

APELAÇÃO CÍVEL Nº 0298159-1

APELANTE: COMPANHIA EXCELSIOR SEGUROS

APELADO: ANTONIO SIVINO DA SILVEIRA E OUTRO

RELATOR: Des. Eduardo Augusto Paurá Peres

EMENTA: APELAÇÃO. CIVIL. PROCESSUAL CIVIL. AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT. PAGAMENTO A MENOR EM SEDE ADMINISTRATIVA. MORTE. PRESCRIÇÃO VINTENÁRIA. REGRA DE TRANSIÇÃO. DECORRIDO MAIS DA METADE DO PRAZO. APLICAÇÃO DO CÓDIGO CIVIL DE 1916. CERTIDÃO DE ÓBITO DECLARANDO ACIDENTE DE TRÂNSITO COMO CAUSA MORTIS. PAGAMENTO NA VIA ADMINISTRATIVA. RECONHECIMENTO DO DEVER DE INDENIZAR. TERMO A QUO DA CORREÇÃO MONETÁRIA E DOS JUROS MORATÓRIOS EM SEGURO DPVAT. EVENTO DANOSO E CITAÇÃO. RESPECTIVAMENTE. APELO NÃO PROVIDO. SENTENÇA MANTIDA. DECISÃO UNÂNIME.

**ACÓRDÃO**

Vistos, relatados e discutidos estes autos da Apelação Cível nº 0298159-1, em que são partes as acima nominadas, ACORDAM os Desembargadores componentes da Sexta Câmara Cível deste Tribunal de Justiça, à unanimidade de votos, em negar provimento ao apelo, tudo nos termos do voto do Des. Relator, constante nos autos, que fica fazendo parte deste julgado.

Sessão realizada em 26/03/2013

Recife, 26 de março de 2013

  
Des. Eduardo Augusto Paurá Peres  
Relator



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO  
*Gabinete Des. Eduardo Augusto Paurá Peres*

**SEXTA CÂMARA CÍVEL**

APELAÇÃO CÍVEL Nº 0298159-1

APELANTE: COMPANHIA EXCELSIOR DE SEGUROS

APELADO: ANTONIO SILVINO DA SILVEIRA E OUTRO

RELATOR: Des. Eduardo Augusto Paurá Peres

**RELATÓRIO**

Trata-se de apelação cível em AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT contra sentença (fls. 60/61) que julgou procedente o pedido formulado pela parte Autora, e neste conduto condenou a Seguradora/Apelante:

- a) ao pagamento da diferença entre o valor pago administrativamente e a importância de R\$ 3.732,23 (três mil setecentos e trinta e dois reais e vinte e três centavos), correspondente ao valor realmente devido.
- b) ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios, estes no percentual de 10% (dez por cento) sobre o valor da condenação.

Irresignada, a seguradora/ré interpõe a presente apelação cível (fls. 65/75) requerendo, preliminarmente, a reforma do *decisum*, para que se reconheça a prescrição. No mérito, alega que a parte autora não trouxe aos autos comprovação da existência de sinistro, qual seja, o boletim de ocorrência. Por fim, pugna pela alteração do termo *a quo* de incidência da correção monetária, para que tenha início a partir do ajuizamento da ação, e, também, pela não aplicação de juros moratórios.

RS



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO  
*Gabinete Des. Eduardo Augusto Paurá Peres*

O prazo para contrarrazoar transcorreu *in albis*.

É o relatório.

Incluir em pauta.

Recife, 07 de

*março*

de 2013.

*[Assinatura]*

Des. Eduardo Augusto Paurá Peres

Relator



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO  
*Gabinete Des. Eduardo Augusto Paurá Peres*

**SEXTA CÂMARA CÍVEL**

APELAÇÃO CÍVEL Nº 0298159-1

APELANTE: COMPANHIA EXCELSIOR SEGUROS

APELADO: ANTONIO SILVINO DA SILVEIRA E OUTRO

RELATOR: Des. Eduardo Augusto Paurá Peres

**VOTO**

Srs. Desembargadores,

Senhor (a) Procurador (a).

Trata-se de AÇÃO DE COBRANÇA DO SEGURO OBRIGATÓRIO - DPVAT, promovida por ANTONIO SILVINO DA SILVEIRA e MARIA DE LOURDES DA SILVEIRA contra COMPANHIA EXCELSIOR DE SEGUROS, objetivando o pagamento da indenização por morte em razão de acidente automobilístico.

A r. sentença (fls. 60/61) julgou procedentes os pedidos formulados pelos autores, condenando a apelante/ré ao pagamento da quantia de R\$ 3.732,23 (três mil setecentos e trinta e dois reais e vinte e três centavos, bem como das custas processuais e honorários advocatícios, estes arbitrados em 10% sobre o valor da causa.

Irresignada, a seguradora/ré interpõe a presente apelação cível (fls. 65/75) requerendo, preliminarmente, a reforma do *decisum*, para que se reconheça a prescrição. No mérito, alega que a parte autora não trouxe aos autos comprovação da existência de sinistro, qual seja, o boletim de ocorrência. Por fim, pugna pela alteração do termo *a quo* de incidência da correção monetária, para que tenha início a partir do ajuizamento da ação, e, também, pela não aplicação de juros moratórios.

Antes de analisar o mérito do apelo em comento, é necessário apreciar a preliminar suscitada pela recorrente, o que passo a fazê-lo abaixo.



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO  
*Gabinete Des. Eduardo Augusto Paurá Peres*

**• PREJUDICIAL DE MÉRITO: PRESCRIÇÃO**

Com o início da vigência do Código Civil de 2002, em 12 de janeiro de 2003, houve a redução do prazo prescricional para as hipóteses de seguro obrigatório, que deixou de ser disciplinado pela norma geral inserida no art. 177 do Código Civil de 1916, e passou a ser disciplinado pelo disposto no artigo 206, § 3o, IX, do Código Civil de 2002, por se tratar de seguro de responsabilidade civil obrigatório (Súmula 305 do STJ).

Como o fato justificador da pretensão ocorreu em 31 de agosto de 1992, ocorrendo sua interrupção em 07/04/1993, portanto, na vigência do Código Civil de 1916, verifica-se que, por força da redução do prazo prescricional, deve-se observar a regra de transição prevista no art. 2.028 do Código Civil de 2002 (Art. 2.028 - *Serão os da lei anterior os prazos, quando reduzidos por este Código, e se, na data de sua entrada em vigor, já houver transcorrido mais da metade do tempo estabelecido na lei revogada*), determinadora do prazo de vinte anos a incidir no caso em espécie.

Definido o prazo prescricional a regular a matéria fática, mister que se esclare que o termo inicial para a sua fluência deve ser o da data do pagamento ocorrido em 07 de abril de 1993 e, portanto, o prazo em questão escoaria em 07 de abril de 2013. Tendo sido a presente ação interposta em 29 de agosto de 2008, não há que se falar em incidência da prescrição.

**Pelo exposto afasto a prejudicial ora analisada.**

Recife, 26 de março de 2013.

  
Des. Eduardo Augusto Paurá Peres  
Relator



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO  
Gabinete Des. Eduardo Augusto Paurá Peres

• **MÉRITO:**

Em relação à alegação de não fazerem jus à indenização em razão de não haver nos autos documento necessário para a comprovação do sinistro, qual seja, o boletim de ocorrência, não tem razão a apelante.

Compulsando os autos, é possível verificar que os autores juntaram cópia da certidão de óbito e colacionaram certidão de óbito da vítima, na qual há expressa declaração de ter sido um acidente de trânsito a *causa mortis*.

Ademais, acrescente-se que foi efetivado pagamento pela via administrativa, conforme se infere da leitura do documento de fl. 68, fator que reconhece o seu dever de indenizar, visto que, para que o pagamento seja realizado administrativamente há um procedimento a ser seguido, o qual exige documentos necessários à comprovação da ocorrência do acidente de trânsito, da lesão sofrida e do nexo de causalidade<sup>1</sup>.

**Face ao exposto, diferentemente do que alega a seguradora/apelante, é inequívoco que a morte da filha dos demandantes decorreu de acidente de trânsito com veículo automotor.**

No que tange ao pedido de alteração do termo a quo da correção monetária, bem como à incidência de juros moratórios há entendimento consolidado de que devem incidir a partir da data do acidente e da citação, respectivamente. Nesse sentido, segue jurisprudência do STJ:

SEGURO OBRIGATÓRIO (DPVAT). RECURSO ESPECIAL. MATÉRIA CONSTITUCIONAL. INVIABILIDADE. ACIDENTE OCORRIDO ANTERIORMENTE À VIGÊNCIA DA LEI 8.441/92, QUE ALTEROU A REDAÇÃO DOS ARTIGOS 4, 5, 7 E 12 DA LEI 6.194/74. PAGAMENTO DE 50% DA INDENIZAÇÃO. IMPOSSIBILIDADE. CORREÇÃO MONETÁRIA. DATA DO ACIDENTE. JUROS DE MORA A CONTAR DA CITAÇÃO.  
(...)

<sup>1</sup> [http://www2.susep.gov.br/menuatendimento/dpvat.asp#dpvat\\_19](http://www2.susep.gov.br/menuatendimento/dpvat.asp#dpvat_19)



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO  
*Gabinete Des. Eduardo Augusto Paurá Peres*

**6. No seguro obrigatório incide correção monetária desde o evento danoso e juros de mora a partir da citação.**

(STJ – Resp N° 875.876 – PR, Rel. Min. Luis Felipe Salomão, j. 10/05/2011).

Portanto, não acolho o pedido da Apelada de alteração do termo inicial da correção monetária para que passe a incidir a partir do ajuizamento da demanda, bem como o de não incidência de juros moratórios.

Com tais considerações, meu voto é no sentido de negar provimento ao presente apelo, mantendo-se incólume a r. sentença.

**É como voto.**

Recife, 26 de março de 2013.

  
Des. Eduardo Augusto Paurá Peres  
Relator